

69ª Reunião Geral: Prefeitos aprovam carta pelo diálogo nacional

André de Oliveira Melo / FNP



Alternativas para enfrentar a crise econômica e política que o Brasil atravessa foram o mote dos temas municipais debatidos durante a Plenária Deliberativa de Prefeitos, na 69ª Reunião Geral da FNP. Barateamento da tarifa de transporte público, subfinanciamento da saúde, fechamento de contas do ano e enfrentamento ao mosquito Aedes Aegypti estiveram na pauta. Mais de 70 prefeitos participaram o encontro no Rio de Janeiro/RJ. [Págs. 2, 4 e 5](#)

Anuário Multi Cidades revela aumento das despesas com saúde

Mais de 150 pessoas participaram no dia 23 de março, do lançamento da 11ª edição do anuário Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil. A cerimônia fez parte da programação do primeiro dia de atividades da 69ª Reunião Geral. [Pág. 3](#)

PEC dos Precatórios foi aprovada na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do Senado Federal, aprovou no dia 30 de março, novas regras para o pagamento de precatórios para estados e municípios após condenação judicial definitiva, configurando mais uma conquista do municipalismo brasileiro e da FNP. [Pág. 7](#)

Primeiros Consórcios Públicos se filiam à Frente Nacional de Prefeitos

O Consórcio Regional de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais e o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, são os primeiros a oficializar filiação à FNP. Os associados contam com suporte técnico do OCPF. [Pág. 8](#)

FALTAM 12 MESES

IV ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Carta dos prefeitos em defesa do diálogo nacional

O agravamento das crises política e econômica preocupa prefeitos e prefeitas brasileiros. Há uma evidente queda de arrecadação das receitas públicas, desequilibrando as finanças municipais e comprometendo serviços essenciais à população.

Essa instabilidade tende a impulsionar um equivocado sentimento de desqualificação generalizada da atividade política, além da relativização de direitos fundamentais arduamente conquistados pela democracia brasileira.

O momento atual exige serenidade, mas também coragem e um olhar obstinado para o futuro. É hora de trabalhar pela normalidade institucional, política e econômica. O combate à corrupção só será uma bandeira efetiva da sociedade se os preceitos constitucionais forem rigorosamente perseguidos pelos atores dos Três Poderes.

É fundamental trabalharmos pelo diálogo, preservando a diversidade e o pluralismo, com foco na concertação política, premissas fundamentais e históricas da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Para os prefeitos e prefeitas, o momento é de enfrentar os desafios da vida nas cidades, promover a geração de emprego e renda, atender à população, manter e aprimorar serviços públicos e cumprir os compromissos com o funcionalismo. Nossa responsabilidade é encontrar soluções, com a visão de que colapso local pode, inegavelmente, resultar em colapso nacional.

Para buscarmos alternativas à crise e seus desdobramentos nos estados e municípios, propomos avançar concretamente no diálogo federativo, com a instituição de uma mesa federativa plena, com a participação da União, governadores e prefeitos, consolidando um espaço de tomada de decisões sobre temas que afligem os cidadãos em seu cotidiano, como a mobilidade urbana e a saúde pública.

Na defesa intransigente dos princípios constitucionais e democráticos, apostamos no diálogo federativo para superarmos essa grave crise. A voz das ruas ecoa, para prefeitos e prefeitas, também como uma convocação para um pacto nacional por mais qualidade e eficiência nos serviços públicos e melhores condições de vida no país envolvendo todos os entes da Federação. Sem a retomada do crescimento econômico não há alternativa para os desafios do Brasil.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2016.
Frente Nacional de Prefeitos

Presidente: Marcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte - MG). 1º Vice-presidente Nacional: Fernando Haddad (prefeito de São Paulo - SP). 2º Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela (prefeito de Aparecida de Goiânia - GO). Vice-presidente de Relações Internacionais: Luciano Rezende (prefeito de Vitória - ES). Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge (prefeito de Canoas - RS). Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati (prefeito de Porto Alegre - RS). Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro - RJ). Vice-presidente assuntos das Regiões Metropolitanas: Jonas Donizette (prefeito de Campinas - SP). Vice-pres. para assuntos das Cidades Inteligentes: Geraldo Júlio (prefeito de Recife - PE). Secretário-geral: Luiz Marinho (prefeito de São Bernardo do Campo - SP). 1º Secretário: Arthur Virgílio (prefeito de Manaus - AM). 2º Secretário ACM Neto (prefeito de Salvador - BA). Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Bruna Lima, Cristiane Rosa, Ingrid Freitas, Lívia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Pedro Vieira. Tiragem: 10 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 – CEP: 70340-910 – Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 6/04/2016.

Carapicuíba é premiada pelo controle e prevenção da Tuberculose

Dia 24 de março marcou 134 anos do descobrimento do bacilo da Tuberculose. A secretaria estadual de Saúde de São Paulo premiou municípios que realizaram a busca ativa de sintomas respiratórios e a realização do exame de baciloscopia para diagnóstico precoce da Tuberculose. Carapicuíba foi um dos municípios que atingiu a meta, identificando mais de 400 sintomáticos respiratórios.

O Dia Mundial da Tuberculose foi instituído, em 1982, pela Orga-

nização Mundial de Saúde (OMS) e pela União Internacional Contra Tuberculose e Doenças Pulmonares. No Brasil, são 50 milhões de infectados e uma média anual de aproximadamente 100 mil casos novos e seis mil óbitos pela enfermidade. Cada paciente pulmonar bacilífero, se não tratado, pode infectar em média 10 a 15 pessoas por ano. A desnutrição, más condições sanitárias e alta densidade populacional são fatores que contribuem para a disseminação da doença.

Nos últimos anos, o Brasil vem

ampliando esforços para o controle da Tuberculose, que continua sendo um grande problema de saúde pública, essencialmente em função do aparecimento da Aids, do aumento do processo migratório e da pobreza. Os índices da doença, que diminuía gradativamente na década de 80, voltaram a crescer nos anos 90, associados ao também risco de aparecimento de bacilos resistentes ■



Em Jaboatão, mais atenção e combate à violência contra as mulheres

O município de Jaboatão dos Guararapes/PE aproveitou a passagem do mês de março para reforçar as políticas públicas de prevenção e combate à violência contra as mulheres com duas iniciativas: o lançamento da Patrulha Municipal Maria de Penha (PMMP) e a assinatura de um protocolo de intenções com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), para

instalação, ainda este ano, do Botão do Pânico. Trata-se de um mecanismo pelo qual mulheres que estejam com medidas protetivas expedidas pela Justiça poderão acionar o botão, via smartphone, para apoio imediato da PMMP, caso seus potenciais agressores tentem aproximação.

A Patrulha Maria da Penha entrou em operação no dia 15. É a primeira do tipo criada em

um município do estado e atua em duas frentes: apoiando e ampliando a política de segurança às mulheres que estejam com medidas protetivas expedidas pela Justiça (em 2015, cerca de 1.050 tiveram essa garantia em Jaboatão); e atuando preventivamente, com rondas e ações emergenciais nas comunidades, as chamadas “visitas tranquilizadoras” ■

Boas práticas indicadas pelos municípios

AGENDA

DATA	EVENTO	LOCAL	INFORMAÇÕES
11 a 13 de abril	III Encontro Cidades e Universidades - Mercocidades	Porto Alegre/RS	grupomontevideo.org
12 a 14 de abril	48ª Reunião do ConCidades	Brasília/DF	www.cidades.gov.br
13 e 14 de abril	II Congresso Brasileiro de Gestão Pública	Brasília/DF	www.fpgestaopublica.com.br
18 a 20 de abril	Reunião Regional preparatória para Habitat III – América Latina e Caribe	Toluca (México)	www.habitat3.org
24 a 29 de abril	Conferências Conjuntas de Direitos Humanos	Brasília/DF	www.sdh.gov.br
26 a 29 de abril	Marcha dos Vereadores	Brasília/DF	www.uvbbrazil.com.br
27 a 29 de abril	Encontro 20-20: Transporte e Planejamento Urbano (Cities Today)	São Paulo/SP	www.cities-today.com
9 a 12 de maio	XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios	Brasília/DF	www.marcha.cnm.org.br
04 a 06 de maio	16ª Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa (OIDP)	Matola (Moçambique)	oidp2016.co.mz
16 a 19 de maio	46ª Assembleia Nacional da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae)	Jaraguá do Sul/SC	www.assemae.org.br
19 de maio	CIB Working Group (CGLU)	Istambul (Turquia)	www.cib-uclg.org/
26 a 28 de maio	Bureau Executivo (CGLU)	Kazan (Rússia)	www.uclg.org
31 de maio a 02 de junho	Soluções metropolitanas (ICLEI)	Berlim (Alemanha)	metropolitansolutions.iclei.org
01 a 04 de junho	XIV Congresso Internacional da AICE (Associação Internacional de Cidades Educadoras)	Rosario (Argentina)	congresoaiice2016.gob.ar

FNP lança 11ª edição do anuário Multi Cidades na Reunião Geral

Mais de 150 pessoas participaram, no dia 23 de março, do lançamento da 11ª edição do anuário Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil. A cerimônia, que estava entre as atividades do primeiro dia de programação da 69ª Reunião Geral da FNP, foi realizada durante um almoço com a participação do prefeito anfitrião e vice-presidente da FNP, Eduardo Paes.

Na abertura, o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, falou da importância da publicação como instrumento de aprimoramento da gestão pública. “O Anuário Multi Cidades é uma importante fonte de consulta das receitas municipais”, disse.

Lacerda também destacou números relevantes do anuário no que diz respeito aos investimentos na área da saúde. “Em 2014, o total dos municípios empenharam na saúde 22,9% das suas receitas, cerca de R\$ 23 bi-

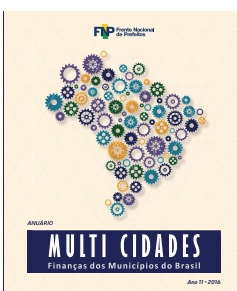
lhões. Por coincidência, nós tivemos uma arrecadação total de IPTU em todos os municípios brasileiros de 24,7 bilhões. Ou seja, quase 100% do IPTU foi gasto só com saúde, o que revela o tamanho da dificuldade dos municípios”, ressaltou o prefeito.

Para o prefeito Eduardo Paes, a permanente situação delicada das finanças municipais justifica a edição da Multi Cidades. “O modelo que temos no Brasil é com a maioria das responsabilidades atribuídas aos prefeitos, e aquelas que não são acabam sendo entendidas e compreendidas como tais”, falou. Sobre o papel da FNP na defesa dos interesses municipais, Paes foi categórico. “Não tenho dúvida, se queremos dar soluções para o mundo, é preciso dar voz aos prefeitos”, declarou.

Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil

É uma publicação da FNP, em

parceria com a Aequus Consultoria. Com conteúdo voltado a fomentar as discussões sobre o pacto federativo e divulgar e dar transparência às contas públicas, o anuário traz um panorama das finanças públicas municipais até 2014 e um balanço estimado sobre 2015. O anuário tem o patrocínio do CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina, a Direcional Engenharia, MRV Engenharia, Aegea Saneamento, a Construtora Emccamp e a prefeitura de Guarulhos. Para fazer o download, acesse o site da FNP www.fnp.org.br ■



IPTU

As finanças municipais foram tema de uma reunião realizada no dia 8 de março, em Brasília/DF. O encontro contou com a participação de assessores técnicos da FNP, do diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (DIRUR) do Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA), Marco Aurélio Costa, além de técnicos do Instituto e da Secretaria de Articulação Federativa (SAF).

Na pauta de discussão, destaque para a necessidade de construção e validação de uma Nota Técnica que proponha um indicador que meça a eficiência da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) por município brasileiro.

Para avançar no debate, os participantes definiram um cronograma de reuniões, que deverá contar também com a presença de representantes da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF). O próximo encontro será realizado dia 25 deste mês, para apresentação dos resultados preliminares.

Suspensão da abertura de cursos de medicina preocupa prefeitos



Assunto foi pauta de mesa temática

No dia 24 de março, durante a 69ª Reunião Geral da FNP, realizada no Rio de Janeiro/RJ, a suspensão da abertura de novos cursos de medicina pelo Tribunal de Contas da União (TCU) foi discutida na mesa temática que contou com a participação dos prefeitos Carlos Casteglione, de Cachoeiro de Itapemirim/ES; Vinicius Farah, de Três Rios/RJ; Cido Sérgio, de Araçatuba/SP, vice-presidente de Reforma Tributária da FNP, a deputada federal/MG, Raquel Muniz, que participa da Frente Parlamentar para ampliação dos cursos de medicina, e a consultora jurídica, Cristiana Fortini.

A partir do encaminhamento da Reunião Geral, os prefeitos Vinicius Farah, que é vice-presidente de Desenvolvimento Econômico Local da FNP, de Araras/SP, Nelson Dimas e de Campo Mourão/PR, Regina Dubai, estiveram no dia 6 de abril com os senadores:

Marta Suplicy, Aloysio Nunes, Zezé Perrella e Fernando Bezerra buscando apoio contra a suspensão TCU. Outras audiências serão marcadas com outros senadores ao longo do mês buscando construir um consenso sobre o tema.

Histórico

No dia 2 de março, a FNP ingressou como Amicus curiae no processo, podendo apresentar suas considerações ao Tribunal para contribuir no debate. O pedido para participação da entidade na ação foi deferido pela ministra TCU, Ana Arraes, relatora do processo. “A FNP tem legitimidade e vai poder contribuir no debate como Amicus curiae”, destacou a ministra, reconhecendo o papel da entidade no contexto da criação do programa Mais Médicos para o Brasil. Para a diretoria da FNP, o objetivo é atuar pela abertura, o mais rapidamente possível, das vagas ■

Fóruns de secretários municipais se reúnem no RJ

Secretários municipais de várias regiões do País estiveram reunidos no dia 23 de março, em duas reuniões no Rio de Janeiro/RJ. Os encontros foram promovidos paralelamente à programação da 69ª Reunião Geral da FNP.

uma proposta que oriente e dissemine o conhecimento sobre Cidades Inteligentes e Humanas.

Segundo o presidente da Rede, membro do Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV), André Gomyde, o objetivo é que a temática seja uma agenda de governo e não de mercado.

Políticas Públicas do Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Bruno Quick, destacou a importância do trabalho do Fórum na implementação da RedeSimples e no fomento das compras públicas.

Os avanços nas políticas de compras públicas e o licenciamento para alavancar os pequenos produtores urbanos e rurais foram os assuntos abordados pela assessora de Relações Institucionais da Anvisa, Rose Mendes. As temáticas estão entre as estratégias de fortalecimento da economia local.

A programação do encontro seguiu com o planejamento do Fórum para o ano de 2016 e a definição de estratégias de ação, além da fixação de um calendário de reuniões dos fóruns estaduais ■



REDE BRASILEIRA DE CIDADES INTELIGENTES & HUMANAS

Cidades Inteligentes

Articulados pela FNP, os secretários da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas debateram sobre os principais desafios do setor. O compartilhamento de experiências bem sucedidas também esteve na pauta dos trabalhos, marcada, essencialmente, pela busca da formatação de



FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS E DIRIGENTES MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Desenvolvimento Econômico

A reunião do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Desenvolvimento Econômico foi o primeiro encontro do ano da coordenação executiva. O Gerente de

Anamma promove debate sobre Licenciamento

Em reunião realizada no dia 15 de março, em Brasília, a diretoria da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma) reafirmou as posições da entidade a respeito das possíveis mudanças no Licenciamento Ambiental. “A busca de eficiência e celeridade se faz com o forta-

licenciamento dos órgãos licenciadores, informatização, eliminação de subjetividades, mas sem que se reduza o rigor de análises técnicas”, explicou o presidente da Anamma, o secretário do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas/SP, Rogério Menezes.

Crises política e econômica dão o tom dos debates da 69ª Reunião

Alternativas para enfrentar a crise econômica e política que o Brasil atravessa permearam os temas debatidos no dia 24 de março, durante a Plenária Deliberativa de Prefeitos, ponto alto da 69ª Reunião Geral da FNP. Mais de 70 prefeitos participaram do encontro, promovido no Rio de Janeiro/RJ, em parceria com a prefeitura da capital fluminense.

Além de prefeitos, a Plenária Deliberativa também teve a participação do ministro da Saúde, Marcelo Castro, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira. Representantes de Fóruns, Conselhos e Associações também estiveram na reunião.

Na ocasião, o grupo deliberou, ainda, pela redação da Carta dos Prefeitos em Defesa do Diálogo Nacional, que propõe o avanço no diálogo federativo, para superar a crise no país. Para a construção do documento, prefeitos debateram temas conjunturais e estruturantes para o federalismo brasileiro. Confira na página 2 desta edição.

dos municípios, evidencia um problema de custeio. De acordo com dados do anuário Multi Cidades, em 2014 os municípios aplicaram, em média 22,9% de suas receitas na área.

Segundo o secretário de Saúde de São Lourenço/MG, Mauro Junqueira, presidente do Conasems, o subfinanciamento ameaça a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS). “O retrocesso econômico retira as pessoas do plano de saúde, no momento crítico de retração grave de recursos, do Zika Vírus, que ninguém sabe qual o tamanho desse problema, mas obviamente vai ter necessidade de recursos adicionais e obviamente os municípios vão ter que entrar com mais recursos”, disse.

Para combater esse entrave, os prefeitos continuam apoiando a criação de novas fontes exclusivas para o financiamento da saúde, como a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) como alternativa. “Queríamos engrossar a fileira dos companheiros que falaram nesse

“Aprovar a CPMF no momento político e econômico que estamos vivendo é muito difícil, mas acho que cabe a mim como ministro, poder dizer que a saúde pública brasileira é subfinanciada e que nós precisamos de mais recursos para a União, estados e municípios”, falou.

Sobre esse tema, a FNP já solicitou audiência com a Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para tratar do tema da judicialização das políticas públicas de saúde. O objetivo é de que as decisões judiciais levem em consideração a repartição de competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

PEC 01/2015 – Ainda durante o debate, o presidente do Conasems defendeu a necessidade de os prefeitos se mobilizarem pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 01/2015, que resgata o Saúde +10 e obriga a União a destinar um mínimo de 15% da Receita Corrente Líquida à Saúde.

“Precisamos tirar uma posição forte de defesa dos pontos que o secretário apresentou aqui. Den-



Financiamento da saúde e combate ao Aedes aegypti foram tema da conversa dos prefeitos com ministros

Tribunal de Contas da União (TCU) da abertura de cursos de medicina em 39 municípios, a FNP já está mobilizando reuniões com senadores para que o processo seja analisado com a maior celeridade possível.

Financiamento do sistema de transporte coletivo urbano e barateamento da tarifa

“A discussão do financiamento e do custeio do transporte coletivo são o primeiro passo concreto que da consequência à disposição constitucional que trata o transporte como um direito social. Dentro desse contexto surge a proposta da Cide Municipal, que vem como uma alternativa de solução”, falou o presidente da Urbanização de Curitiba (URBS) e presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana, Roberto Gregório da Silva Junior.

Segundo o secretário de Transportes de São Paulo/SP, Jilmar Tatto, a Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide) Municipal sobre os combustíveis subsidiaria parte do custo das tarifas de transporte coletivo. A proposta da Cide Municipal foi apresentada pela FNP, no dia 1º de março, em audiência pública na Câmara dos Deputados.

A iniciativa seria de autonomia aos municípios e Distrito Federal, por meio de legislação própria. De acordo com dados da Faculdade Getúlio Vargas (FGV), um acréscimo de R\$ 0,10 no preço da gasolina/álcool reduziria cerca de R\$ 0,30 no valor da tarifa. “Essa é uma decisão que o prefeito terá que tomar. Gostando ou não, todos os anos os prefeitos tem que optar por

aumentar a tarifa ou dar subsídio. Não tem como fugir”, opinou.

O prefeito de Pelotas/RS, Eduardo Leite, vice-presidente de Juventude da FNP, levantou a questão de que as facilidades para o transporte individual afetam diretamente à saúde pública, que fica sobrecarregada com problemas advindos do trânsito. “De certa forma, este recurso arrecadado poderia ser utilizado legitimamente para subsidiar ações na área da saúde”, disse. Diante disso, a diretoria da FNP avalia a possibilidade de este recurso ser aplicado também à saúde. Também participou dos debates o secretário de Transportes de Campinas/SP, Carlos José Barreiro.

O fechamento das contas de 2016: o cumprimento da LRF em contexto de crise econômica

Segundo o presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Sebastião Helvécio de Castro, a atual conjuntura econômica é um momento para a reunião de lideranças municipalistas e do controle para enfrentarmos a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). “A ideia é que nós possamos criar, no municipalismo brasileiro, uma ferramenta que se possa analisar a gestão em um sentido mais amplo”, falou.

Castro afirmou que os tribunais de conta são avaliadores de políticas públicas, não formuladores. “Quem formula políticas públicas é o eleito. Nós, dos tribunais, podemos ser extremamente úteis ao gestor nessa avaliação de políticas públicas”, completou.

A FNP está trabalhando para

André de Oliveira Melo / FNP



Secretário executivo do ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, participou da plenária

Apresentação da Multi Cidades

Lançada no dia 23 de março, a Multi Cidades foi detalhada aos prefeitos, durante o primeiro momento da Plenária. Segundo o secretário de Fazenda do Rio de Janeiro/RJ, Marco Aurelio Santos Cardoso, que conduziu a apresentação, a publicação é um panorama das finanças públicas municipais até 2014 e balanço estimado sobre 2015.

O subfinanciamento da saúde pública

Temática constante no debate municipalista, o investimento em saúde pública no Brasil, por parte

sentido e ratificar o posicionamento de conseguir aumentar a receita dos municípios”, falou a prefeita de Araçoiaba da Serra/SP, Maria Lúcia de Oliveira Bucci.

“Nós continuamos defendendo mais recursos para a saúde, mas, nessa situação política não há clima para votar CPMF no congresso”, ponderou o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP.

O ministro da Saúde, Marcelo Castro, afirmou que é “notório que há subfinanciamento da saúde pública brasileira nos três níveis de governo” e reconheceu que é muito oneroso o custo para os municípios.

tre eles, a principal pauta é a PEC 01/2015, que poderá trazer equilíbrio de mais uma injustiça aos municípios brasileiros”, falou o prefeito de Cachoeiro do Itapemirim/ES, Carlos Casteglione.

Entre os encaminhamentos, ficou decidido o apoio à PEC 01/2015. Com relação ao programa Mais Médicos, os prefeitos reconheceram a importância para os municípios e irão manifestar formalmente, à presidente Dilma Rousseff, em relação à preocupação com o término do contrato de parte dos médicos intercambistas, previsto para agosto (601 médicos) e outubro (2.081 médicos). Sobre a suspensão pelo

Reunião Geral, no Rio de Janeiro



Ministro da Saúde, Marcelo Castro

agendar uma reunião com técnicos do Instituto Rui Barbosa (Tribunais de Contas), para discutir texto proposto para regulamentação do art. 42 da LRF e alterações na legislação.

Também participaram desta mesa, o secretário de Finanças de Fortaleza/CE e presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), Jurandir Gurgel; o secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo/SP, Rogério Ceron de Oliveira, e o secretário de Tributação do Rio Grande do Norte e Coordenador dos Secretários no CONFAZ e presidente do CONSEFAZ, André Horta Melo.

Novas alternativas para combater o Aedes aegypti e os reflexos da epidemia de microcefalia para a saúde pública

Diante do grave crescimento dos casos de doenças como Dengue, Chikungunya e Zika registrados no Brasil e em outros países, bem como das sequelas associadas a essas doenças, prefeitos brasileiros manifestam preocupação para seu combate.

Conforme dados apresentados aos prefeitos pelo ministro da Saúde, Marcelo Castro, já são 6.671 casos suspeitos notificados de microcefalia, no Brasil. “Antes, tínhamos, em média, 150 casos por ano. Estamos com um grande problema de saúde pública e emergência internacional para resolver. Estamos vivendo uma epidemia de microcefalia no país”.

Segundo Castro, o governo federal disponibilizou R\$ 650 milhões para serem investidos em vacinas, tratamentos, diagnósticos e contro-

le do Aedes Aegypti. “Temos várias parcerias com entidades mundiais para o desenvolvimento desses estudos. Estamos otimistas e esperamos que possamos ter resultado em tempo muito curto”, afirmou.

Quanto ao combate ao mosquito, o ministro disse que existem várias tecnologias que se apresentam inovadoras para o combate ao mosquito e que continuam contando com o apoio da população para a eliminação dos criadouros.

Encerramento da Plenária com Ministério da Fazenda

No encerramento da plenária, prefeitos elencaram uma série de demandas para a discussão com o ministério da Fazenda. Entre eles, a interpretação da receita sobre imposto de renda retido na fonte, retenções tributárias envolvendo o Imposto Sobre Serviço (ISS), informação das administradoras de cartões de crédito e débito em posse da Receita Federal, classificação dos depósitos judiciais pela Secretaria do Tesouro Nacional, liberação de operações de crédito internacional, ajustes na LRF e a dívida dos municípios com o INSS.

Presente na plenária, o secretário executivo do ministério, Dyogo de Oliveira, destacou a necessidade de debater esses pontos mais a fundo. Como encaminhamento, Oliveira recebeu a FNP e técnicos para avançar na discussão da LRF e do fechamento das contas municipais.

Fechamento das contas municipais de 2016 e o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estiveram na pauta na reunião, dia 5 de abril, com o secretário-executivo do ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira. Saiba mais na página 8.

Outras agendas

Com início no dia 23 de março, a programação da 69ª Reunião Geral da FNP foi composta também por mesas de debate relacionadas às Olimpíadas Rio 2016; lançamento do anuário Multi Cidades; reuniões paralelas; e a eleição da coordenação política do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). Todos esses assuntos estão detalhados ao longo desta edição ■

Prefeitos conhecem projeto Porto Maravilha e VLT

Dando início à programação da 69ª Reunião Geral da FNP, prefeitos e gestores públicos participaram, na manhã do dia 23 de março, da visita técnica à Operação Urbana Porto Maravilha, da prefeitura do Rio de Janeiro/RJ. Na ocasião, o grupo conheceu também o Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), projeto que fortalece o conceito de transporte público integrado.

Durante a palestra de abertura, Alberto Silva, presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), gestora da prefeitura na Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, disse que o projeto deflagra um novo processo de como se deve lidar com as cidades. Entre as propostas, Silva destacou a valorização do Centro como local de moradia; novo conceito de mobilidade urbana;



Prefeitos fizeram percurso no Veículo Leve Sobre Trilhos

valorização do patrimônio histórico e cultural; e modelagem institucional e financeiro inovadora.

Nas obras do VLT, o grupo esteve com o diretor-geral da Alstom no Brasil, Marco Contim, que destacou a importância da obra. “Cada trem tem capacidade para transportar 420 pessoas confortavelmente e interliga todos os modais de transporte do Rio de

Janeiro”, explicou. Para o prefeito de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública da FNP, o VLT configura um arranjo de gestão pública. “As capitais, que estão na vanguarda dos profissionais, dos técnicos, das linhas de financiamento, servem agora como inspiração para as demais cidades buscarem esses modelos”, falou ■

Prefeitos elegem coordenação política do IV EMDS



Marcio Lacerda

“Em abril do próximo ano nós teremos uma leva de possíveis novos prefeitos e

o EMDS será uma oportunidade para entrarem em contato com a ampla gama de possibilidades que a sustentabilidade nos coloca; os reeleitos poderão se atualizar no assunto”, falou o presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, durante eleição da coordenação política do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS).

A comissão foi eleita na 69ª Reunião Geral da FNP, realizada no Rio de Janeiro/RJ, nos

dias 23 e 24 de março, e será composta, além do presidente, pelos prefeitos de Aparecida de Goiânia/GO, Maguito Villela, 2º vice-presidente da FNP; Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública; Canos/RS, Jairo Jorge, vice-presidente de Reforma Federativa; Três Rios/RJ, Vinicius Farah, vice-presidente de Desenvolvimento Econômico. O presidente da FNP afirmou que o grupo deve se reunir, ainda, em abril para dar início aos trabalhos ■



Vinicius Farah



Jairo Jorge



Vladimir Azevedo



Maguito Villela

reserve sua agenda

ABRIL DE 2017

BRASÍLIA/DF

IV ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Eduardo Paes: “Olimpíadas, assim como a Copa, tem função geopolítica”

Nina Lima / FNP



Prefeito do Rio fala sobre legado das Olimpíadas

Os debates do primeiro dia de programação da 69ª Reunião Geral da FNP, foram pautados pela realização das Olimpíadas 2016. O planejamento da capital fluminense para sediar os jogos esteve entre os pontos abordados e chamou a atenção das mais de 150 pessoas que lotavam uma das salas de reuniões da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRio).

“Aqui vocês têm um prefeito que vai fazer todos os esforços do mundo para orgulhá-los nessa entrega olímpica”, declarou o prefeito do Rio de Janeiro/RJ, Eduardo Paes, vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional da FNP.

Segundo Paes, as Olimpíadas

assim como a Copa do Mundo, tem uma função geopolítica. “Nós vemos esse evento como uma oportunidade de transformação, construindo um legado, promovendo mudanças”, ressaltou.

Mesas de debate

Após a palestra, os participantes da 69ª Reunião Geral seguiram para as mesas de debate, destinadas especialmente aos prefeitos e representantes de municípios que receberão a Tocha Olímpica. A primeira, “As Olimpíadas e os Municípios Brasileiros”, trouxe os impactos econômicos e sociais que são gerados com o evento, em especial pela passagem da Tocha Olímpica em 321 cidades

brasileiras.

O Subchefe Adjunto de Assuntos Federativos (SAF) da Presidência da República, Olmo Xavier, disse que o Rio de Janeiro é o 25º estado que o governo federal visita para falar sobre a tocha. “Esta é uma boa oportunidade, em um ano difícil, para que as cidades possam mostrar o que têm de melhor”, falou.

Na mesa “Oportunidades para os Municípios que receberão a Tocha Olímpica”, o prefeito de Três Rios/RJ, Vinicius Farah, vice-presidente de Desenvolvimento Econômico da FNP, falou da experiência como gestor de uma cidade cujo modelo econômico gera oportunidade de negócios para todos os segmentos. “A chegada da tocha para as cidades que vão ter esse privilégio nos enche deste leque de oportunidades de otimizar tudo o que se tinha prospectado ao longo de um ano inteiro, em um calendário mais reduzido”, destacou.

O presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (Acrio), Paulo Protasio, destaca a necessidade de mudança no Brasil. Para o gerente de Políticas Públicas do Serviço Brasileiro de Apoio às Mi-

cro e Pequenas Empresas (Sebrae), Bruno Quick, a ideia é mobilizar a rede para estar presente onde a tocha passar e, principalmente, onde ela pernoitar.

Empreendedorismo local

No dia 24, a temática das Olimpíadas continuou sendo debatida na mesa Chama Empreendedora e o Desenvolvimento Local/Global. As discussões contaram com a par-

ticipação de secretários municipais, representantes de associações comerciais, do Sebrae e de outras entidades.

O coordenador do Programa Sebrae no Pódio, Francisco José Martins Ferreira; o analista de Comércio Exterior, Carlos Luiz Tavares, e a diretora de licenciamento e varejo do comitê organizador dos Jogos Olímpicos, Sylmara Multini também estavam entre os palestrantes ■

FNP propõe pauta na área de cultura ao ministro Juca Ferreira

Para promover uma atuação conjunta de municípios, estados e União em temas relativos à cultura, o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, apresentou uma série de pautas ao ministro da Cultura, Juca Ferreira. O conteúdo, apresentado por meio de ofício, foi desenvolvido em parceria com o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Cultura das Capitais, e entregue durante a 69ª Reunião Geral da entidade, realizada nos dias 23 e 24 de março, no Rio de Janeiro/RJ.

A pauta municipalista destaca principalmente o escopo de investimento público na área; a necessidade de esforço para melhorar a qualidade do investimento público; maior suporte institucional e proximidade do Ministério para os municípios implantarem os sistemas municipais de cultura.

FNP lança projeto Olimpíadas de Direitos da Criança e Adolescente

André de Oliveira Melo / FNP



Projeto tem parceiros nacionais e internacionais

Cerca de 500 pessoas, entre autoridades, gestores municipais e representantes de instituições da sociedade civil participaram do lançamento oficial do projeto Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da Criança e do Adolescente, dia 23 de março, no auditório do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro/RJ.

Na ocasião, foi assinado um protocolo de intenções entre a FNP e o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e Direitos Humanos com o objetivo de convergir ações das entidades de proteção à criança e ao

adolescente no âmbito do projeto Rio 2016. O documento foi assinado pelo titular da Secretaria de Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes do ministério, Rodrigo Torres, pelo prefeito de Belo Horizonte/MG e presidente da FNP, Marcio Lacerda, pelo vice-prefeito do Rio de Janeiro/RJ e secretário de Desenvolvimento Social do estado, Adilson Pires, e pelo ministro conselheiro da delegação da União Europeia (UE) no Brasil, Thierry Dudermeil.

O Subsecretário de Direitos Humanos do Rio de Janeiro, Ernesto

Braga, elencou as principais etapas do projeto, que tem como meta a proteção integral da criança e do adolescente nas Olimpíadas e Paralimpíadas 2016. Também compuseram a mesa, a chefe do setor de Proteção à Infância do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Casimira Bengue; o juiz da 1ª Vara de Infância, Juventude e Idosos do Rio de Janeiro, Pedro Henrique Alves, e a representante da coordenação colegiada da Rede Internacional End Child Prostitution, Pornography and Trafficking (ECPAT) Brasil, Vera Cristina de Souza.

Para o vice-prefeito do Rio de Janeiro, Adilson Pires, a iniciativa é fundamental para dar visibilidade, o que acaba cumprindo o papel de construir legados a partir das Olimpíadas e Paralimpíadas 2016.

Lacerda, ressaltou a importância desse diálogo com todas as organizações envolvidas na tarefa de proteger crianças e adolescentes.

A iniciativa é uma continuidade

da ação promovida para a Copa do Mundo de 2014. Dessa vez, as ações serão direcionadas principalmente na prevenção de exploração sexual infantil; trabalho infantil; o uso de álcool e outras drogas; crianças em situação de rua; e crianças perdidas e desaparecidas.

O projeto é uma realização da FNP, com cofinanciamento da União Europeia e parceria da Viva Rio e da organização italiana ISCOS Piemonte, além do apoio da ECPAT, dos municípios do Rio de Janeiro e de Porto Alegre/RS. A iniciativa conta, ainda, com colaboração da rede de gestores municipais formada pelas outras cidades-sede da Copa do Mundo de 2014: Fortaleza/CE, Natal/RN, Recife/PE, Salvador/BA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Cuiabá/MT, São Paulo/SP, Curitiba/PR e Manaus/AM, além de municípios de médio e grande porte, como São Luís/MA e Cariacica/ES.

Também apoiam as ações: a SDH- SNPDCA, a Unicef, a Chil-

dhood, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), a ECPAT Brasil, o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o Comitê Organizador das Olimpíadas e Paralimpíadas Rio2016 e a Rede Mercocidades.

Agenda de Convergência

No dia 29 de março, a FNP participou da reunião da Agenda de Convergência para Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente no contexto dos Megaeventos. O titular da SDH-SNPDCA, Rodrigo Torres, ressaltou a importância do caráter intersectorial da Agenda de Convergência, criada em 2012, com coordenação da SDH. “Entre as prioridades da agenda está o fortalecimento da rede de proteção da criança e do adolescente por meio do aumento da representação de governos e instituições nesse grupo” ■

Financiamento do transporte é tema de seminário



Cide municipal foi um dos temas abordados no encontro

Quando continuidade ao debate sobre mobilidade, a FNP participou, no dia 21 de março, do seminário “Alternativas de Financiamento para o Transporte Público da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 179/2007”. O evento, realizado em São Paulo/SP, pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, contou com a participação do secretário de Transportes de Campinas/SP, Carlos José Barreiro, representando a FNP.

Na ocasião, Barreiro citou um estudo realizado pelo Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com a Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), que evidencia os impactos negativos nos custos e na eficiência dos sistemas de transporte público decorrentes de congestionamentos.

“A estrutura de financiamento do sistema público de transporte urbano nos municípios brasileiros é basicamente formada pelas receitas tarifárias e pelos subsídios públicos”, explicou. O presidente da ANTP, Ailton Brasileiro, observou que a instituição da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide) Municipal deve vir acompanhada de outros mecanismos.

Sobre a Cide Municipal, o secretário de Transportes de São Paulo/SP, Jilmar Tatto, considerou devem advir uma série de políticas complementares, mas frisou que de pronto

a proposta, ao ser destinada exclusivamente para o custeio do sistema de transporte público, permitiria baratear as tarifas beneficiando principalmente os trabalhadores e a população mais pobre. Para Tatto, os recursos provenientes da Cide Municipal não devem em hipótese alguma financiar obras de infraestrutura, ainda que destinadas à mobilidade.

O deputado Mario Negromonte Junior, relator da Comissão para discutir destinação de recursos da Cide (PEC 159/07), anunciou que deverão ser realizados seminários em outros estados.

Participaram também do seminário o presidente da Comissão, Deputado Federal André Fufuca, o presidente da Comissão de Transportes da Câmara Municipal de São Paulo, Vereador Police Neto, e representante da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) ■

FNP trabalha para aprovação da PEC dos Precatórios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do Senado Federal, aprovou no dia 30 de março, novas regras para o pagamento de precatórios, configurando mais uma conquista do municipalismo brasileiro e da FNP. No plenário, a matéria será deliberada em dois turnos de votação.

O relator da PEC 159/2015, senador Antonio Anastasia/MG, deu parecer favorável à proposta, que seguirá para deliberação do Plenário, em dois turnos de votação. Anastasia observou que o artigo 100 da Constituição, que regula o sistema de precatórios, é o dispositivo mais emendado de todo o texto constitucional.

Apoio

Duas semanas antes desta votação na CCJ, assessores da FNP foram aos gabinetes de alguns senadores buscando apoio na aprovação imediata e sem emendas do texto. Senadores como Antonio Anastasia/MG; Antonio Carlos Valadares/SE; Benedito Lira/AL; Eduardo Amorim/SE; Paulo Rocha/PA; José Medeiros/MT; José Pimentel/CE; Cássio Cunha Lima/PB e Hélio José/DF receberam os representantes da entidade.

Depósitos Judiciais

O uso dos recursos de depósitos judiciais de terceiros para o pagamento de precatórios foi pauta no dia 6 de abril de uma extensa agenda de audiências no Senado, articulada pela FNP. As reuniões foram promovidas com o intuito

de mostrar aos senadores que a alternativa de fonte de financiamento para a liquidação das dívidas, que está prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 159/2015, não é inconstitucional e configura um caminho viável para o fim da insegurança jurídica. O agendamento destes encontros foi um dos encaminhamentos da mesa sobre o tema, durante a 69ª Reunião Geral da FNP, que aconteceu no dia 24 de março, no Rio de Janeiro/RJ.

CNJ

O uso dos depósitos judiciais como alternativa para o pagamento de precatórios também foi tema do III Encontro Nacional de Precatórios. O evento, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi realizado nos dias 31 de março e 1º de abril, em Brasília/DF.

De acordo com a Abrasf, uma grande parcela dos expositores considera essencial o uso desses valores como forma de se acabar com o problema dos estoques, mas há o consenso quanto aos cuidados que deverão ser tomados para que não se fuja do foco principal e se use o dinheiro para outros fins.

Belém

Medida liminar, deferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na reclamação ajuizada pelo município de Belém/PA, contra a determinação do Tribunal de Justiça do Pará, garante aplicação da Emenda Constitucional (EC) 62/2009 para o pagamento de Precatórios ■

9º Congresso GIFE debate investimentos sociais

A FNP participou do 9º Congresso GIFE, realizado de 30 de março a 1º de abril, na capital paulista. Com o tema “O sentido público do investimento social privado”, o evento reuniu lideranças de investidores sociais do país, dirigentes de organizações da sociedade civil, acadêmicos, consultores e representantes de governos.

O prefeito de Divinópolis (MG) e vice-presidente de gestão pública da FNP, Vladimir Azevedo, participou no dia 31 do painel que discutiu “Arranjos multissetoriais de implementação dos ODS nos municí-

pios brasileiros”. O debate também contou com a presença da diretora-executiva da Associação Brasileira de ONGs (Abong), Vera Masagão, do representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Daniel Schimidt, do presidente da Rede Nossa São Paulo e coordenador-geral do Programa Cidades Sustentáveis, Oded Grajew e foi mediado pelo diretor da Agenda Pública, Sérgio Andrade.

Na ocasião, o prefeito citou a plataforma Compara Brasil como exemplo de ferramenta para contribuir, por meio dos indicadores, com o

monitoramento para o cumprimento das metas previstas nos ODS.

Os consórcios públicos multifinalitários, na visão do prefeito, consistem em ferramenta de grande escala para reduzir os custos dos serviços públicos, ao mesmo tempo em que amplia seu alcance e melhora sua qualidade com uma gestão territorial integrada e regionalizada, assim como as operações urbanas consorciadas.

O congresso foi realizado pelo GIFE e teve o apoio da FNP, da Fundação Abrinq, Fundação Avina, Instituto ETHOS, Rede Nossa São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Abong ■

Prefeitos participam do lançamento do Guia de Gestão Pública Sustentável



Plataforma está atualizada com os ODS

A plataforma do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), atualizada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), foi lançada no dia 6 de abril,

em São Paulo/SP. Trata-se da versão atualizada do Guia GPS - Gestão Pública Sustentável, promovido pela Rede Nossa São Paulo e Programa Cidades Sustentáveis.

Participaram da cerimônia de lançamento o presidente da Rede Nossa São Paulo, Oded Grajew; o prefeito de Canoas/RS e vice-presidente de Reforma Federativa da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Jairo Jorge; a prefeita de Abaetetuba/PA, Francinete Carvalho; o presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM), Eduardo Tadeu Pereira; secretário municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas (SP), Rogério Mene-

zes e o Coordenador do programa Cidade Sustentáveis em Petrópolis/RJ, Rodrigo Xavier.

O novo Guia GPS incorpora os ODS, aprovados pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que reúnem 17 macro objetivos e 169 metas. O propósito é acabar com a pobreza até 2030 e promover universalmente a prosperidade econômica, o desenvolvimento social e a proteção ambiental.

Segundo o prefeito de Cano-

as, Jairo Jorge, a crise política que o país vive é uma oportunidade de fazer uma nova política. “São com plano de metas, o que indica a plataforma do programa Cidades Sustentáveis, que ajudam na transparência e na materialidade da agenda sustentável. O programa nos ajudou em alguns pontos, como na radicalização da democracia; sentido de urgência com metas e no monitoramento da demanda dos cidadãos”, frisou o prefeito ■

FNP vai judicializar mudança de regra no Imposto de Renda retido na fonte

Rodrigo Eneas / FNP



Dyogo Oliveira recebeu Procuradores e Secretários

Após reunião técnica com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, no dia 05 de abril, municípios podem judicializar a questão da retenção do imposto de renda de pessoas jurídicas. A audiência foi resultado dos encaminhamentos da 69ª Reunião Geral da FNP, quando prefeitos e prefeitas indicaram essa possibilidade sobre o tema. A ação será feita em conjunto com o Fórum Nacional de Procuradores Gerais das Capitais Brasileiras e da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf).

Segundo o procurador-geral de Belo Horizonte/MG, Rúsvel Beltrame, presidente do Fórum, isso caracteriza uma queda de receita imediata, e mesmo assim, não houve entendimento durante a reunião. “Vamos ter que levar essa demanda para o judiciário arbitrar, porque não teve acordo”, disse.

De acordo com levantamento preliminar feito pela Abrasf, São Paulo/SP e Curitiba/PR devem ser as capitais mais afetadas com redução da arrecadação do imposto, em 2016, com quedas da ordem de R\$ 274 milhões e R\$ 33 milhões, respectivamente.

Essa preocupação foi levada a presidente da República Dilma Rousseff, no dia 4 de março, quando o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, presidente da FNP, defendeu o

retorno do procedimento de retenção vigente até a Solução de Consulta, emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB), em 2015, que deu nova interpretação ao imposto.

Até então, os municípios realizavam a retenção do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas e os contabilizava como receita própria, procedimento fundamentado na legislação tributária vigente. Com a Solução de Consulta de 2015, o imposto de renda das pessoas jurídicas não será mais retido pelos municípios.

LRF

Outro pedido dos representantes municipais foi o esclarecimento de interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Beltrame explicou que o Tribunal de Contas da União tem uma interpretação que o governo federal segue. Em contrapartida, ele disse, que os Tribunais de Contas Estaduais (TCE) têm interpretações dissonantes. “Não tem um órgão unificador de jurisprudência em relação aos TCEs.

“Além de pacificar, queremos solidificar a questão da transparência. Essa é a grande preocupação dos municípios”, completou o secretário de Finanças de Fortaleza/CE, Jurandir Gurgel, presidente da Abrasf. No entanto, também não houve acordo sobre o tema durante a reunião.

ISS

Na ocasião, o coordenador-geral de Assuntos Tributários da PGFN, Leonardo Alvim, afirmou que a Procuradoria havia terminado um parecer que vem ao encontro com a aflição dos municípios brasileiros

quanto ao fato de órgãos públicos federais terem suspenso as retenções tributárias envolvendo o Imposto Sobre Serviços (ISS). “Nós entendemos que a imunidade não desobriga a retenção de imposto na fonte”, falou.

Outros assuntos

Segundo Gurgel, a reunião teve o propósito de fechar entendimentos quanto a diversos assuntos. Também esteve na pauta a questão da classificação contábil das receitas de depósitos judiciais.

A redução dos percentuais de pagamento para a repactuação de dívidas dos municípios com o INSS; e o compartilhamento de informações de administradoras de cartões de Crédito/Débito.

Com exceção da pauta do ISS, os outros temas propostos pela FNP não tiveram avanços.

Além de Beltrame e Gurgel, a FNP esteve representada por Rogério Ceron, secretário de Finanças de São Paulo/SP; Pascoal Santello, secretário de Finanças de Cuiabá; Gilberto Silva Ramos, secretário adjunto de Arrecadações de Belo Horizonte/MG; Roberto Silva da Rocha, procurador de Porto Alegre/RS; Eduardo Tedesco, procurador de Porto Alegre/RS; Carlos Henrique de Azevedo Oliveira, representante de Brasília na Câmara Técnica Permanente da Abrasf; Fernando Antônio de Rezende Júnior, auditor-fiscal da Receita da secretaria de Fazenda do Distrito Federal.

Legenda: Urgências municipais foram debatidas por secretários de finanças e procuradores municipais em reunião com secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira ■

Consórcios Públicos se filiam à FNP

Após os prefeitos da diretoria da FNP aprovarem a filiação de consórcios públicos à entidade, o Consórcio Regional de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais (Mulheres das Gerais) foi o primeiro a oficializar a filiação, no dia 17 de março, seguido pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC, que se filiou no dia 23 de março, durante a 69ª Reunião Geral.

O Consórcio Mulheres das Gerais é formado por oito municípios da região metropolitana de Belo Horizonte/MG (Belo Horizonte, Betim, Contagem, Sabará, Lagoa Santa, Itabira, Ribeirão das Neves e Nova Lima). É uma parceria do Ministério das Cidades com a Universidade British Columbia, do Canadá, e tem como objetivo planejar, fomentar e implementar ações e programas para a prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres, por meio de várias iniciativas, que vão desde a promoção da educação até

o abrigo de mulheres vítimas de violência e seus filhos.

Já o do Grande ABC, criado em 1990, reúne os sete municípios do Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) com objetivo de fomentar o planejamento, a articulação e definição de ações de caráter regional.

Filiação de consórcios

A filiação à FNP foi aprovada pelos prefeitos da Diretoria durante a 67ª Reunião Geral da entidade realizada em abril de 2015. Os consórcios filiados passam a participar da rede de gestores de consórcios públicos; contar com o suporte técnico e institucional do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo; participar com direito a voto nas deliberações da FNP e poder propor e encaminhar pautas a serem apreciadas nas Reuniões Gerais da FNP ■

Rio de Janeiro e C40 promovem fórum sobre financiamento global



São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Curitiba integram C40

Financiamento global para acelerar as ações climáticas nas cidades foi tema do primeiro Fórum de Financiamento de Cidades Sustentáveis do Grupo de Liderança Climática de Cidades (C40), realizado de 05 a 07 de abril, no Rio de Janeiro/RJ. O Museu do Amanhã sediou o encontro, que reuniu governantes e gestores das cidades, órgãos públicos, do setor privado e de instituições financeiras para ajudar a acelerar o investimento em soluções urbanas sustentáveis em cidades de todo o mundo. São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Curitiba integram a rede e estiveram representadas.

Segundo o assessor especial da Prefeitura do Rio para questões

de Meio Ambiente, Rodrigo Rosa, o C40 quer conectar as cidades e o setor financeiro. “Inovação e cooperação são essenciais, especialmente no momento em que vivenciamos a crise econômica. Um bom exemplo é a iniciativa do Rio de Janeiro, a Parceria Público Privada do projeto Porto Maravilha”, disse.

Para o diretor do WRI Brasil Cidades Sustentáveis, Luis Antonio Lindau, existe um enorme potencial para a implementação de projetos sustentáveis nas cidades. “E os bons exemplos que temos de trabalho conjunto entre cidades e investidores mostram que o elemento essencial é o diálogo, oportunidade que temos aqui hoje”, falou ■

Entrada forçada para combate ao Aedes é defendida durante audiência pública

Com objetivo de debater as ações de combate ao mosquito Aedes aegypti, a FNP participou, no dia 22 de março, de audiência pública sobre a Medida Provisória (MP) nº 712/2016. A medida, que tem como principal novidade autorizar a entrada forçada de agentes de saúde em imóveis públicos ou particulares em situação de abandono ou ausência

de pessoa, foi discutida em audiência mista no Senado Federal, com a presença do relator da MP, deputado Newton Cardoso Jr e do senador Paulo Bauer, presidente da comissão mista de análise da medida.

Na audiência, a FNP foi representada pela prefeita de Valparaíso de Goiás/GO, Lucimar Nascimento, vice-presidente de Vigilância

Sanitária da entidade. “O debate é fundamental para garantir previsão legal para a possibilidade de entrada forçada para combater focos do mosquito, tanto na MP 712 quanto no PL 1861. Precisamos avançar em nível de legislação para que possamos ganhar força no combate ao Aedes aegypti”, destacou ■